

“XUXA E DEUS NOS ACUDA”: A REDEFINIÇÃO DE FRONTEIRAS E A RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Paulo Alexandre Marques
UFCG
paxm@ibest.com.br
Eronides Câmara Araújo
UFCG
ero@oi.com.br

1 INTRODUÇÃO

Apresento neste artigo os primeiros resultados da minha pesquisa, que tem o objetivo de problematizar as relações de alteridade e os conflitos formadores de novas identidades, negociadas pelas comunidades ‘Xuxa’ e ‘Deus Nos Acuda’, em novas fronteiras.

Essas comunidades são compostas por trezentas e cinquenta e duas famílias que viviam em casebres, barracos e palafitas, às margens do manguezal, no bairro de Boa Viagem, na Capital Pernambucana, as quais foram representadas por discursos jornalísticos e de populares, como favelas (Martins e Melo, 2007). Ambas foram originadas da Comunidade “Ilha do Destino”, hoje uma ZEIS (zona especial de interesse social) (Sá, 2008), formada por imigrantes vindos da zona rural de Pernambuco entre as décadas de 1950 e 1970. Esse fenômeno foi estimulado pelo aparecimento das usinas de açúcar que modificavam as relações de trabalho agrícola ao apropriar-se das terras que antes se destinavam ao plantio da lavoura de subsistência. Esse período caracteriza a cidade do Recife como uma zona de convergência de movimentos migratórios, adicionando novos e importantes componentes na formação do espaço urbano (Albuquerque, M. 1993). A maioria de seus moradores vive hoje, do comércio de alimentos na praia e da prestação de serviços no bairro de Boa Viagem.

Essas comunidades, assentadas sobre os aterros construídos pelos próprios moradores à beira do mangue, se posicionavam no trajeto da “Via Mangue”, projeto viário empreendido pela Prefeitura do Recife (Geraldo et al., 2007). Trata-se de uma avenida que vai ligar o bairro do Pina diretamente às ruas que margeiam os canais Setúbal e Jordão, e visa desafogar o fluxo de veículos em toda a região sul do Recife (Martins e Melo, 2007). Segundo o discurso da Prefeitura do Recife, a principal

característica da Via Mangue é a compatibilidade entre a preservação do meio ambiente e a melhoria do trânsito. Tem, também, como objetivo importante a inclusão social, pois o projeto prevê a retirada, re-locação e construção de moradias para cerca de 1.100 famílias residentes em áreas críticas.

De acordo com as entrevistas realizadas, os moradores das comunidades têm outra opinião: Luzia (pseudônimo), 44 anos, antiga moradora da “Xuxa”, diz que a obra é “para enfeitar a cidade para a copa de 2014”. “Essa obra é importante, mas não pode prejudicar o povo”, criticou a dona de casa Maria Cícera, 43 anos, que vive no Pantanal, outra comunidade que também será afetada pelo projeto. “Isso tudo é desculpa para acabar com as favelas”, completou a vizinha Leila Maria, 39 anos.

A “Xuxa” foi totalmente demolida, enquanto a “Deus nos Acuda”, composta por cerca de 800 edificações, foi apenas parcialmente (200 casas). Em maio de 2010, as famílias foram transferidas para um conjunto residencial denominado ‘Habitacional III Via Mangue’, localizado no Bairro da Imbiribeira. O conjunto tem onze prédios de quatro pavimentos, além de guarita, jardim, playground, centro comunitário, estacionamento e campo de futebol.

Através desta pesquisa, procuro especificamente problematizar as relações de alteridade entre as duas comunidades, que antes se investiam de identidades distintas, delimitadoras de fronteiras bem estabelecidas, e agora passam a dividir os mesmos espaços e estigmas, enfrentando juntas a rejeição e o preconceito dos antigos moradores do bairro, onde foram inseridas. A expansão do território da comunidade “Xuxa” era limitada pelo sistema viário do bairro, pelo manguezal e pelas edificações de classe média existente (Martins e Melo, 2007). De forma que o número de famílias era menor e mais estável, uma vez que não havia a possibilidade de expansão territorial. Neste aspecto, se diferenciava da comunidade “Deus nos Acuda”, que se expandia constantemente. Segundo depoimentos de moradores da “Xuxa”, esta tinha um caráter mais pacato em relação a “Deus nos Acuda”, o que lhes conferia identidades, de certa forma, diferenciadas.

Analiso, também, as táticas utilizadas pela população transferida, no processo de re-apropriação do espaço que lhes foi proposto e as estratégias daqueles que o propuseram. Portanto, trato aqui do espaço urbano. Não exatamente da estética da paisagem urbana, ou da organização espacial da cidade em função das atividades que nela se desenvolvem, mas da criação de espaços a partir da elaboração de identidades.

Não que aquelas sejam, propriamente, inúteis em si mesmas, mas por serem tão comumente usadas a serviço da segregação, do controle social e da alienação, não cessando de produzir efeitos contrários àqueles que visam (Hughes, 2004; Souza, 2006). Problematizo, também, as dinâmicas de negociações ou de relações de poder, que levantam muros invisíveis, delimitadores de fronteiras e formadores de espaços (Souza, 2006). Utilizei como fontes, as entrevistas e os depoimentos colhidos entre os moradores oriundos das duas comunidades, assim como as reportagens, os mapas, as fotografias, os levantamentos e dados coletados junto à Prefeitura do Recife.

2 AS CIDADES E AS IDENTIDADES

Identities and differences, just as cities, are always being made and unmade (Campos, 2004). The city is flexible and fluid, a place of passage. For this reason, it is a refuge of much richness and diversity. In it, times, cultures, religions and social classes learn to share and produce spaces. Social compartmentalization, economic, moral, in short, the raising of boundaries, as a way of creating identities, is part of the logic of the city. The space of the city does not have just juxtaposition or superposition, but identities, where they pass and give rise to symbiotic relationships, just as threats and conflicts (Avelino, 2008). In this way, a subjective function of the city, based on the irrepressible dynamic of contrasts, dialogues and displacements (Silva, 2000).

Assim vista, a cidade pode ser compreendida, não apenas como um aglomerado de prédios e ruas, mas como lugar de inúmeros fluxos interativos, transformando-se em processos de subjetivação, desencadeados nos e por meio dos espaços urbanos.

3 “XUXA E DEUS NOS ACUDA”: A REDEFINIÇÃO DE FRONTEIRAS E A RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Foi na esquina da Rua Maria Carolina com Av. Fernando Simões Barbosa, na praia de Boa Viagem que fui apresentado a Luzia, moradora da comunidade “Xuxa”. Era março de 2010. Estávamos bem em frente ao seu estabelecimento comercial, barraco onde outrora vendia lanches aos passantes, agora fechado, por sugestão da polícia, pois servia, à noite, de esconderijo para assaltantes. Eu estava ali como agente

da Prefeitura do Recife, para fazer um levantamento de todas as edificações existentes, a fim de transformar em mapa um cadastro elaborado em 2007, o qual daria direito a um apartamento para cada família no novo condomínio. Guiados pela antiga moradora, seguimos, eu e outra arquiteta da prefeitura, em direção ao interior da favela, já anotando a numeração das casas e estabelecimentos comerciais existentes. Eu me esforçava para entender a lógica daquela “solução urbanística” que permitia a tantas pessoas se estabelecer num espaço tão pequeno, incrustados como parasitas no “m²” mais caro da cidade.

Era um conjunto de barracos e casebres, entrecortados por um labirinto de estreitos corredores, que por entre eles zigzagueavam, me dando, inicialmente, a desconfortável impressão de que não conseguiria concluir o trabalho dentro do tempo previsto. No início da caminhada, o piso era firme. Depois, atingido o limite do aterro, comecei a me equilibrar na circulação de taboas sobre palafitas, muitas delas já apodrecidas, outras soltas, que davam acesso aos barracos de madeira flutuantes sobre o mangue.

Questionei Luzia a respeito do perigo que aquelas estruturas representavam para as crianças do lugar, ao que respondeu: “[...] um dia desses, meu neto caiu no mangue, quando estava fazendo xixi. Foi meu filho quem mergulhou e conseguiu encontrá-lo afundado na lama, puxando ele a tempo”. Uma das maiores preocupações, revelou Luzia, era com os ratos, que andavam atacando os moradores, ultimamente.

Após algumas horas de caminhadas, observações e conversas, passei a perceber que aquele pequeno mundo, com sua paisagem caótica, era como uma ilha dentro do grande oceano da cidade, sustentando sua própria lógica, forjada na experiência da “guerra urbana”. Os construtores dessas “cidades-labirinto” nunca sentaram numa cadeira para planejar, mas desenvolveram na dura vivência do cotidiano, um sistema de moradia que tem relação direta com a necessidade de sobrevivência em situações extremas. É nessas situações que afloram capacidades instintivas para criação de condições que garantam o abrigo, o alimento e a segurança dos grupos nos quais se vive.

“Ali você saía a qualquer hora. Você não tinha medo de nada. Primeiro, porque o pessoal já conhecia o pessoal da comunidade. A gente vinha 2h, 3h da manhã, de farmácia, de tudo, sem problema nenhum.” [...] (depoimento de Luzia).

Passei, assim, a entender, aos poucos, porque a polícia tem tanta dificuldade para perseguir e encontrar delinquentes que se escondem em barracos dentro das chamadas favelas. Cada casa é como um “bunker”, cada esquina, um local ideal para uma tocaia, e cada beco uma armadilha, da qual dificilmente se escapa. O conjunto é um labirinto onde só se deslocam desembaraçadamente aqueles que fazem dele o seu espaço próprio.

Naturalmente, que a notícia da mudança para um apartamento dentro de um condomínio, para quem convivia com aquelas condições mais que precárias, soou como um “acertar na loteria”. Em termos de moradia, foi como “passar da água suja para o vinho alemão”. No jogo de forças e de poder, foi fácil convencer os moradores a abandonar seu “tão bem elaborado sistema de moradia”, que, apesar de está adaptado ao seu cotidiano, ele continha algo do que eles sonhavam se livrar: da falta de higiene, das casas construídas com restos de madeira, dos ratos, do cheiro de lama exalado do mangue, do chão das vielas, encharcados nos dias de chuva, mas, principalmente, do estigma de marginais e favelados. Assim, para usar a linguagem de Certeau (1994), bons aproveitadores de ocasiões que são, e usando de astúcias, aqueles que viviam da renda de barracos alugados na comunidade solicitaram a liberação de seus imóveis e os ocuparam a fim de obter o direito aos apartamentos. Outros começaram a subdividir os barracos de forma que os membros de famílias compostas por muitos agregados pudessem, em fim, ter cada um sua casa para morar (Neves, 2009).

No entanto, a lógica do espaço resultante das relações da comunidade com o local onde ela está inserida não é facilmente apreendida, se não for observada diretamente (Ramos e Carvalho, 2008). Em geral, os projetos urbanísticos não têm essa visão, uma vez que as lentes dos satélites, utilizadas para tirar fotografias, através das quais as análises são feitas, não apreendem o cotidiano das pessoas (Novara, 2003-b; Novara, 2003a). Este também não pode ser compreendido por aqueles que observam o bairro do alto de um dos arranha-céus com vista para o mar de Boa Viagem. São os jogos inumeráveis das singularidades, da necessidade de morar, de comer, de caminhar, de se proteger, enfim, é a agitação do viver quem molda os espaços (Certeau, 1994).

“Ali, passava fome quem queria”. [...] “cansei de catar latinhas pra vender: na praia, nas carroças de espetinho, nas ruas, em todo canto. [...] Aqui, eu não faço nada! Depois que eu vim pra aqui, parece que caiu uma pedra em cima. Lá, era muito fácil: de repente parava um carro ali na frente: -‘tô precisando de uma pessoa pra fazer uma diária!’ Agente ia... -‘tô precisando de uma pessoa pra fazer uma faxina!’ Mas, aqui? Quem precisa, procura os que ficaram lá! [...] Lá,

tinha muita gente que ajudava: passava o pessoal da padaria, aí doava pão pra aquelas pessoas mais necessitadas; o pessoal da igreja, que dava cesta básica; o pessoal dali daqueles prédios: -‘tem um consultório pra pintar!- mandavam o porteiro ir lá... Existia um vínculo entre os povo dos prédios e a comunidade. Aqui é muito ruim! aqui do lado, não tem nada! Aqui do lado é um mato!’” (depoimento de uma ex-moradora da “Xuxa”).

As cidades são experiências visuais, lugares saturados de significações, acumulados através do tempo (Bresciane, 1998). No entanto, a reprodução do espaço na metrópole, na sua incessante busca pelo novo, pelo moderno, faz com que novas formas urbanas se construam sobre as outras, tendo como tendência a destruição de referenciais urbanos. Desta forma, as práticas urbanas são invadidas, paralisadas ou mesmo atropeladas, uma vez que tais intervenções produzem possibilidades de empobrecimento das relações de vizinhança e mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos (Carlos, 2004). No caso da intervenção em análise, ela cumpriria o papel de “higienizar” aquele setor da cidade, eliminando um “problema social” que, há muito incomodava moradores do bairro e afugentava turistas (Leite, 2009). Observemos o que afirma (Certeau, 1994):

Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é apenas um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. [...] “Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações”(“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (Uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada.”(p 172).

O paradigma dogmático Newtoniano, segundo o qual podemos adquirir conhecimentos seguros e universais sobre todas as coisas, ainda domina a prática do urbanismo nas nossas grandes cidades. Assim, uma equipe multidisciplinar de tecnocratas elabora, dentro de seu gabinete, estratégias que se propõem a organizar racionalmente os espaços da cidade, recalçando todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam (Certeau, 1994). Como diz Certeau (1994):

Estratégias científicas unívocas, possibilitadas pela redução niveladora de todos os dados, devem substituir as táticas dos usuários que astuciosamente jogam com as ‘ocasiões’ e que, por esses acontecimentos-armadilhas, lapsos da visibilidade, reintroduzem por

toda parte as opacidades da história. Enfim, a criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade: como a seu modelo político, o Estado de Hobbes, pode-se atribuir-lhe pouco a pouco todas as funções e predicados até então disseminados e atribuídos a múltiplos sujeitos reais, grupos, associações, indivíduos.[...] Neste lugar organizado por operações “especulativas” e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação[...] (p 173).

O novo condomínio tem guarita, embora não haja dinheiro para contratar um porteiro, e um grande estacionamento, ainda que não haja carros suficientes para ocupá-lo. Enquanto isso, as numerosas carroças, usadas para vender produtos na praia estão sendo guardadas, nos corredores e oitões, configurando um verdadeiro “desvio de função do espaço”. Observa-se que houve a intenção de mantê-los o mais próximo possível do local de origem, porém agora seus vizinhos (classe média baixa), não têm o mesmo perfil daqueles com os quais interagem (classe média alta). Houve, assim, uma quebra no sistema “simbiótico” que era fundamental para a sobrevivência da comunidade.

Houve, neste caso, uma tentativa de controle social através da imposição de uma identidade incompatível com o modo de vida daquelas pessoas. Uma proposta arquitetônica “higienizadora” que procurou eliminar aspectos socialmente incômodos às camadas dominantes da sociedade (Leite, 2009). O partido arquitetônico foi inspirado no modo de vida da classe média, que nada tem a ver com o daquela população (Carlos, 2004). Características da arquitetura panóptica são evidentes, como a colocação de muros altos, semelhantes aos de um presídio, circundando todo o residencial. Estes parecem mais tentar proteger os vizinhos, isolando deles os moradores do condomínio, que dar segurança aos condôminos.

Em muitos apartamentos, principalmente os térreos, proliferam os estabelecimentos comerciais, apesar da taxativa restrição por parte dos órgãos de controle da prefeitura. São bares, mercadinhos, barbearias, “lan houses” e oficinas.

Paradoxalmente, o discurso que priva do que impõe, ou que não cumpre com o que prometeu é o que “libera”, ou “autoriza” a produção de um espaço de jogo num tabuleiro analítico e classificador de identidades. Porque cria um vazio, abre clareiras, torna o espaço habitável (Certeau, 1994).

A vida urbana sempre retoma aquilo que foi excluído pelo projeto urbanístico. A cidade se vê entregue aos movimentos contraditórios que se compensam e se combinam

fora do poder panóptico. A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Alheias aos discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes, sem identidade, sem transparência racional, impossíveis de gerir. Talvez as cidades estejam deteriorando-se, junto com os procedimentos que as organizam (Certeau, 1994).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Planejar e gerir a cidade não significa apenas direcionar o seu crescimento, disciplinar sua expansão, ou livrá-la dos “detritos”, depositados ao longo de um processo de crescimento desordenado, causado por movimentos migratórios e pelos conflitos sociais, mas antes de tudo, gerir relações sociais (Novara, 2003a; Souza, 2006).

Para que o urbanismo, entendido como um instrumento multidisciplinar próprio para o planejamento das cidades possa atingir o seu objetivo, a criação de ambientes urbanos fluentes, harmoniosos, esteticamente agradáveis e, principalmente, justos socialmente, é necessário que se leve em consideração o que mais importa: a dinâmica das relações sociais, entendida como relações de poder, e os vínculos disso com o espaço (Souza, 2006). O equilíbrio da cidade se dá a partir das relações entre fronteiras. Assim, pode-se buscar a integração, a harmonia e a justiça social, sem, no entanto, ter a ilusão de eliminá-las.

Outro caminho, seria analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora. .”(Certeau, 1994, p173).

Os primeiros resultados da pesquisa sinalizam para a falta um mais apurado estudo do cotidiano daquelas pessoas (Neves, 2009; Novara, 2003a). Para que, com a intervenção do plano urbanístico, não houvesse uma quebra de identidade, a ponto de ameaçar a viabilidade do projeto. A maioria dos que formam as comunidades é de

desempregados, que vivem do comércio informal na praia, vendendo o espetinho de carne, o peixe frito, o cachorro quente, a cerveja, o guaraná, etc. Encontram-se, também, entre eles, prestadores de serviço, como faxineiras, pedreiros, mecânicos de bicicleta, serralheiros e comerciantes. Todos estes, embora concordem que obtiveram muitas vantagens quanto à moradia, se sentiram prejudicados em relação meio de vida, do qual retiram o seu sustento.

[...] “quando recebi a notícia que a gente ia ser transferido para o condomínio, foi a melhor notícia que eu recebi. Agora, depois que eu cheguei...” ,diz Luzia.[...] “Sobre a prefeitura e o projeto, eu não tenho de que me queixar, eu acho maravilhoso! A dificuldade que eu sinto aqui é de emprego”.[...]

Não foram propostas soluções alternativas que viabilizassem um reajustamento social, nem foram estruturadas bases de apoio e acompanhamento do processo de readaptação da população transferida a um novo modo de viver. Aquele setor da cidade ficou mais bonito, porém ameaçado de inviabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. de F.P.M. **Urbanização, Favelas e Endemias: A Produção da Filariose no Recife, Brasil.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.9, n.4, p. 487-497, oct./dez. 1993.

AVELINO, Yvone Dias. **Territórios de Exclusão Social: A cidade e a Saúde Pública (1889-1930).** In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, XIX., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH/SP – USP, 2008, CD ROM

BRESCIANI, Maria Stella M. **História e Historiografia das Cidades, Um Percurso,** in Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

CAMPOS, C. M. **Construção e Desconstrução do Centro Paulistano.** Revista Ciência e Cultura. São Paulo, v. 59, n. 2, p. 33-37, abr./jun. 2004.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Brochura, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

GERALDO, M.; LEITÃO, L.; LACERDA, N. **Transformações Urbanísticas na Região Metropolitana do Recife**: Um Estudo Prospectivo. Cadernos MetrÓpole, São Paulo, v.9, n. 17, p. 193-217, 2007.

HUGHES, P.J.A. **Segregação Socioespacial e Violência na Cidade de São Paulo**: Referências Para a Formulação de Políticas Públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n.4, p. 93-102, oct./dez. 2004.

LEITE, R.P. **Políticas Urbanas de Patrimonialização e Contrarrevanchismo**: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. Cadernos MetrÓpole, São Paulo, v.11, n.21, p. 93-104, 2009.

MARTINS, G.N.; MELO, A.S.S. de A. **O Valor da Opção de Preservação do Parque dos Manguezais em Recife-PE**: Uma Utilização do Método de Opções Reais. Revista Economia, Brasília, v. 8, n.4, p. 75-95, dez. 2007.

NEVES, E.V.N. **Comunidades do Pina** – Identidade e Inclusão a Partir de Novo Espaço Habitacional. *In*: Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão, IX., 2009. Recife-PE.

NOVARA, E. **Promover os talentos para reduzir a pobreza**. Estudos Avançados, v.17, n.48, p. 101-23, mai./ago. 2003 a.

NOVARA, E. **A favela como patrimônio da comunidade**. Estudos Avançados, v.17, n.48, p. 124-129, mai./ago. 2003b.

RAMOS, C.; CARVALHO, J.E.C. de. **Espaço e Subjetividade**: Formação e Intervenção em Psicologia Comunitária. Psicologia e Sociedade, v.20, n.2, p. 174-180, mai./ago. 2008.

SÁ, A.J. de . **Desigualdades Metropolitanas**: Limites e Possibilidades. *In*: SOUZA, M. A. de. (Org.). **A MetrÓpole e o Futuro**: Refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008, v. 1, p. 335-345.

SILVA, Tomaz Tadeu da, HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.